

Centros de Formação Profissional não podem ser desvirtuados pelo Ministério da Educação



Manuel Reis Campos

A importância dos Centros de Formação Profissional, designadamente os centros de formação de Gestão Participada, como o Centro de Formação Profissional da Indústria da Construção Civil e Obras Públicas do Norte (CICCOPN), é manifesta.

Na verdade, há dezenas de anos que contribuem para a certificação de competências de formandos, jovens e adultos, desempregados e empregados, candidatos a 1º emprego ou novo emprego qualificado, promovendo a sua inserção direta no mercado de trabalho e a reintegração profissional nas empresas do setor. A reputação dos nossos profissionais, unanimemente reconhecida, deve-se, em muito, ao trabalho que foi desenvolvido por estes Centros.

No atual contexto, marcado por profundos processos de reconversão da estrutura produtiva, a sua importância ganha maior relevância. Com efeito, é necessário assumir como prioritária a adoção de políticas sociais e de emprego, tendo por finalidade, não apenas a melhoria da qualidade dos atuais empregos, mas, também, o combate efetivo ao desemprego.

Ora, é evidente que o setor da construção está em recuperação e, neste primeiro trimestre do ano e em termos homólogos, foi responsável pela criação líquida de 23.045 postos de trabalho. Vivemos um desenvolvimento ímpar, ao nível dos desafios tecnológicos, nomeadamente com a introdução de novos materiais e metodologias inovadoras, a rendibilização dos recursos de eficiência energética, automação da informação na construção, digitalização da constru-

ção, bioconstrução, reabilitação urbana e internacionalização.

A resposta a estes desafios não pode ser posta em causa pela adoção de políticas que tendem a concentrar a formação profissional nas escolas que, sem correspondência com as efetivas necessidades do mercado, orientam os seus alunos para cursos profissionais, nessa mesma instituição. Não nos podemos esquecer que os Centros de Rede Setorial, adstritos ao Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, têm as potencialidades formativas adequadas para promover os cursos de forma integral.

Por isso, o seu papel não pode ser menorizado. Se atribuírem aos Agrupamentos de Escolas o que deveria ser atribuição dos Centros de Gestão Direta e de Gestão Participada do Instituto do Emprego e Formação Profissional - IEFP, I.P., desperdiçam-se os recursos que estes Centros dispõem, em particular na área da Construção. Na verdade, o seu a seu dono e o Ministério da Educação não está, por natureza, vocacionado para esta função.

Estas circunstâncias coartam a capacidade formativa e de intervenção dos Centros de Formação na qualificação dos profissionais do setor e, em última instância, a competitividade das próprias empresas. Ao longo dos anos, os Centros têm dado provas da sua competência, disponibilizando ao setor os formandos que ajudaram a construir e a engradecer um tecido empresarial, hoje, de prestígio mundial. Porquê alterar esta metodologia que tantas provas deu do seu êxito?

Presidente da AICCOPN - Associação dos Industriais da Construção Civil e Obras Públicas